

# MEDICALIZAÇÃO E ANÁLISE DO COMPORTAMENTO REVISÃO BIBLIOGRÁFICA ENTRE OS ANOS DE 1990 A 2018

---

*Data de aceite: 01/12/2023*

### **Camila Suttini Assis**

Egressa do curso de Psicologia –  
Bacharelado CPAR/Universidade Federal  
de Mato Grosso do Sul

### **Gabriela da Rocha Cararreto**

Egressa do curso de Psicologia –  
Bacharelado CPAR/Universidade Federal  
de Mato Grosso do Sul. Pós-graduanda  
em Análise Comportamental Clínica  
pelo Instituto Brasileiro de Análise do  
Comportamento

### **Juliano Setsuo Violin Kanamota**

Professor Adjunto no curso de Psicologia  
– Bacharelado CPAR/Universidade  
Federal de Mato Grosso do Sul

O termo medicalização tem sido amplamente utilizado para analisar uma diversidade de fenômenos tanto sociais (e.g., Conrad, 1975; Gaudenzi & Ortega, 2012; Illich, 1975; Nogueira, 2003) quanto psicológicos (e.g., Conrad, 1975, 2007; Szasz, 1980). Em função deste cenário, ao se discutir a medicalização, é necessário apresentar com clareza qual definição e abordagem está sendo adotada (Zorzanelli et al., 2014).

Conrad (2007) define medicalização como o processo por meio do qual “problemas não médicos são definidos e tratados como problemas médicos, frequentemente em termos de doenças ou transtornos” (p.12). Esta definição salienta dois aspectos fundamentais. O primeiro, é que existem problemas médicos e problemas não médicos. Problemas médicos são definidos em termos de doenças e transtornos, e tratados de forma farmacológica, cirúrgica, etc. Medicalização se refere a utilizar conceitos de doença ou transtornos para se compreender, definir e tratar problemas que não são, de fato, médicos. Conrad (1975) foi mais específico em relação ao que considera problemas não médicos. Neste artigo o autor define medicalização como “definir um comportamento como um problema médico e licenciar à profissão médica a oferta de algum tipo de tratamento para tal comportamento (p.12).” Ou seja, para o autor, problemas comportamentais (ou psicológicos) são problemas não médicos. Segue-se, portanto, que, definir

um comportamento ou problema psicológico como sendo uma doença ou transtorno é um exemplo de medicalização.

Ao utilizar o conceito de doença para a compreensão de problemas psicológicos a medicina acaba por monopolizar a classificação, o diagnóstico e o tratamento (comumente farmacológico) de tais problemas (Conrad, 1975). A classificação de uma doença psicológica pressupõe o estabelecimento de um parâmetro de normalidade psicológica. Padrões comportamentais que se distanciam desta norma são considerados desviantes ou patológicos e intervenções farmacológicas ou cirúrgicas são propostas para que o indivíduo se comporte de forma mais próxima à norma. Tal aspecto, segundo Conrad (1975) caracteriza uma forma sutil, porém poderosa, de controle social exercido pela medicina. Uma vez considerados como doenças ou transtornos, de causa orgânica, os problemas psicológicos são considerados como problemas individuais e as condições socioculturais nas quais ocorrem são escamoteadas. Isto acaba por despolitizar as discussões acerca das causas sociais dos problemas psicológicos e dos critérios ideológicos de sua classificação (Conrad, 1975, 2007; Moysés & Collares, 2013).

## **Análise do Comportamento e medicalização**

Tais discussões acerca da natureza dos problemas psicológicos coadunam com a proposta da Análise do Comportamento. De acordo com tal proposta, tanto comportamentos considerados “normais” quanto comportamentos considerados “patológicos” são aprendidos e mantidos pelos mesmos processos comportamentais (Abreu-Rodrigues & Ribeiro, 2005; Borges & Cassas, 2012; de-Farias et al., 2018; Fester, 1979; Meyer et al., 2015; Ullman & Krasner, 1972). A partir desta constatação, é possível (1) questionar a adequação do conceito de “doença” ou “transtorno” para a compreensão do comportamento e (2) reconhecer a natureza social desta classificação.

A existência de uma doença ou um transtorno pressupõe que haja um distúrbio (mental ou fisiológico) de um modo de funcionamento (mental ou fisiológico) considerado normal, saudável ou adequado. Tal distúrbio, por sua vez, produz sintomas. Tais sintomas são identificados e utilizados como indicativos do distúrbio subjacente que os produz. Segundo a lógica analítico – comportamental, os elementos básicos que constituem uma doença (distúrbio e sintomas), não são adequados para a compreensão do comportamento, seja considerado “normal” ou “psicopatológico”. O comportamento não é a manifestação, nem um sintoma de processos (mentais ou cerebrais) subjacentes. O comportamento, seja ele qual for, é modelado e mantido pelas contingências de reforçamento e punição (presentes ou históricas) (de-Farias et al., 2018; Fester, 1979; Meyer et al., 2015; Ullman & Krasner, 1972).

Além disto, um distúrbio é considerado um desvio de uma norma/ padrão pré-determinado. Tal lógica é passível de ser utilizada em relação à normas biológicas de

funcionamento fisiológico. O critério de normalidade, então, pode ser utilizado para avaliar qualquer pessoa em quaisquer contextos culturais ou históricos (Gongora, 2003; Ullman & Krasner, 1972). No entanto, a utilização desta lógica se mostra inadequada ao ser utilizada para a compreensão e avaliação do comportamento. Os critérios do que é considerado “normal” variam entre culturas e na mesma cultura ao longo do tempo e, portanto, não possuem aplicabilidade universal (Banaco et al., 2010; Gongora, 2003).

Outra limitação para o uso do conceito de doença para a compreensão do comportamento, refere-se ao fato de que os critérios diagnósticos são baseados na avaliação topográfica de respostas (Banaco et al., 2010; Gongora, 2003). A avaliação topográfica é insuficiente pois negligencia as contingências e os processos comportamentais das quais o comportamento é função. A constatação científica de que o comportamento ocorre em meio à uma ampla e complexa rede de relações funcionais (Chiesa, 2006), implica que sua adequada compreensão e avaliação seja realizada por meio de diversas análises funcionais, molares e/ou moleculares (Nery & Fonseca, 2018).

Tais constatações evidenciam que a adjetivação de comportamentos como “anormais” ou “patológicos” é decorrente de um processo extrínseco ao próprio comportamento, ou seja, é baseada em critérios socioculturais (Gongora, 2003; Ullman & Krasner, 1972). Este fenômeno pode ser constatado nas diversas modificações que as categorias diagnósticas das psicopatologias sofreram ao longo das décadas (Araújo & Neto, 2014; Banaco et al., 2010).

Evidencia-se, desta forma, uma incrível similaridade entre as críticas realizadas na literatura sobre a medicalização e o posicionamento analítico – comportamental acerca da natureza dos problemas psicológicos. Em vista disto, é plausível questionar se a análise do comportamento tem sido utilizada ou mencionada em textos que tratam ou mencionam o fenômeno da medicalização. Este trabalho é uma pesquisa de revisão de literatura na qual os temas medicalização e Análise do Comportamento foram mencionados.

## **Método**

Esta pesquisa se caracteriza como uma revisão bibliográfica da literatura nacional. Procurou-se identificar trabalhos nos quais tanto verbetes relacionados à Análise do Comportamento quanto à medicalização são mencionados.

A pesquisa bibliográfica foi realizada na plataforma Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>) que permite a pesquisa de trabalhos acadêmicos disponíveis online por meio da busca por palavras-chaves que se encontram em qualquer parte do texto.

Foram utilizadas as palavras-chaves: análise do comportamento; behaviorismo; farmacologia comportamental; análise funcional e comportamento operante. Cada termo foi associado com a palavra-chave ‘medicalização’ nos campos de busca com o operador booleano “&”.

O processo de busca foi realizado por duas pesquisadoras independentes. Os resultados obtidos por ambas foram comparados e analisados segundo os critérios de inclusão e exclusão. Foram incluídos todos os trabalhos nos quais os termos de busca foram encontrados, havendo, ou não, relação entre eles ou se os temas eram centrais ou periféricos no âmbito geral dos trabalhos. Foram excluídos trabalhos nos quais os termos de busca não se referiam, especificamente, à Análise do Comportamento como ciência ou quando foram encontrados apenas nas referências bibliográficas. A aplicação dos critérios foi realizada por três pesquisadores de forma independente. Em seguida esta avaliação foi debatida entre os pesquisadores e mantidos os trabalhos nos quais houve consenso em relação à avaliação.

## Resultados

Foram encontrados um total de 237 publicações, 205 encontradas pela primeira pesquisadora e 97 pela segunda. Deste montante, apenas 51 foram comuns a ambas. Após a avaliação a partir dos critérios de inclusão, 87 publicações foram mantidas.

A Tabela 1 apresenta o total de publicações encontradas por cada descritor utilizado, o número de publicações excluídas, o número de publicações mantidas e o índice de aproveitamento de cada descritor.

Tabela 1- Total de Publicações Encontradas; Número de Publicações Excluídas, Mantidas e Índice de Aproveitamento de cada Descritor.

Descritores	Total	Publicações excluídas	Publicações mantidas	Índice de aproveitamento (%)
<b>Análise do Comportamento e Medicalização</b>	154	110	44	28,5
<b>Análise Funcional e Medicalização</b>	42	32	10	23,8
<b>Behaviorismo e Medicalização</b>	25	5	20	79,7
<b>Comportamento operante e Medicalização</b>	14	2	12	85,7
<b>Farmacologia comportamental e Medicalização</b>	2	1	1	50

Por meio da Tabela 1 é possível observar que com o uso dos descritores “Análise do Comportamento” e “medicalização” foram encontradas 154 publicações, sendo que 110 foram excluídas e 44 mantidas, com um índice de aproveitamento de 28,5%. Com a busca pelos descritores “análise funcional” e “medicalização” foram encontradas 42 publicações

no total, 32 foram excluídas enquanto 10 foram mantidas, com índice de aproveitamento de 23,8%, sendo o menor encontrado. Por meio dos descritores “Behaviorismo” e “medicalização” foram encontrados 26 publicações, cinco foram excluídas e 21 mantidas, com o índice de aproveitamento de 79,7%. Já com a busca com os descritores “comportamento operante” e “medicalização” foram encontradas 14 publicações, sendo 2 excluídas e 12 mantidas, com índice de aproveitamento de 85,7%, o maior encontrado. Já com os descritores “farmacologia comportamental” e “medicalização” foram encontrados duas publicações, uma foi excluída e uma mantida, tendo um índice de aproveitamento de 50%.

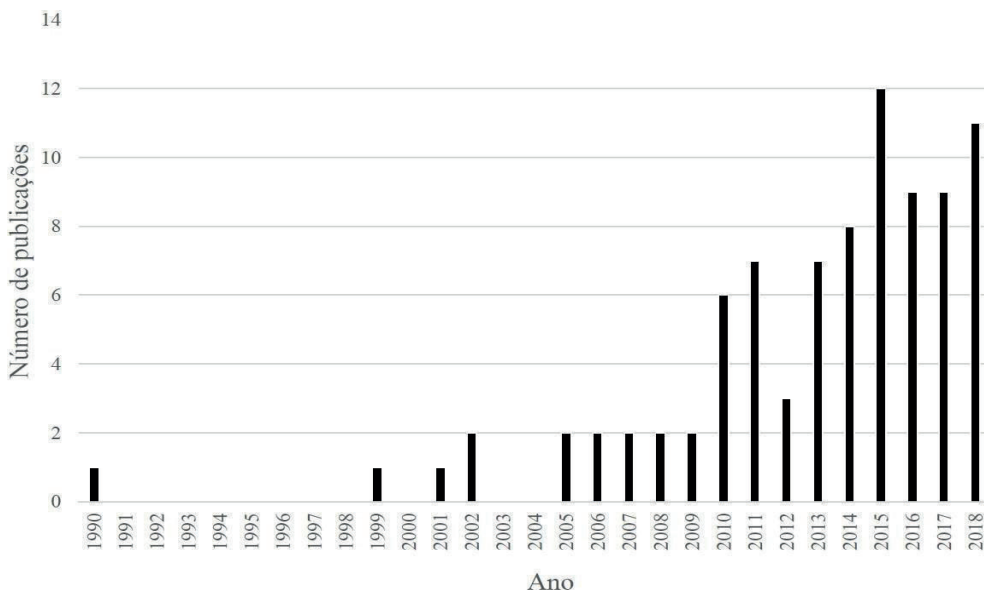


Figura 1 - Número de Publicações Anuais, entre 1990 e 2018.

A Figura 1 apresenta a frequência anual de publicações entre os anos de 1990 a 2018. É possível observar que a primeira publicação identificada ocorreu no ano de 1990 e não foram encontradas publicações nos oito anos seguintes. Entre os anos de 1999 e 2009 observou-se a frequência de zero a duas publicações por ano. Entre os anos de 2009 a 2018 houve um aumento no número de publicações quase cinco vezes maior que nos 19 anos anteriores. No ano de 2010 foram seis publicações, no ano de 2011 foram sete publicações, três em 2012 e sete durante o ano de 2013. No ano de 2014 houve oito publicações e nos anos de 2016 e 2017 houve nove publicações durante cada ano. Os anos que tiveram o maior número de publicações foram 2015 e 2018 com 12 e 11 publicações respectivamente.

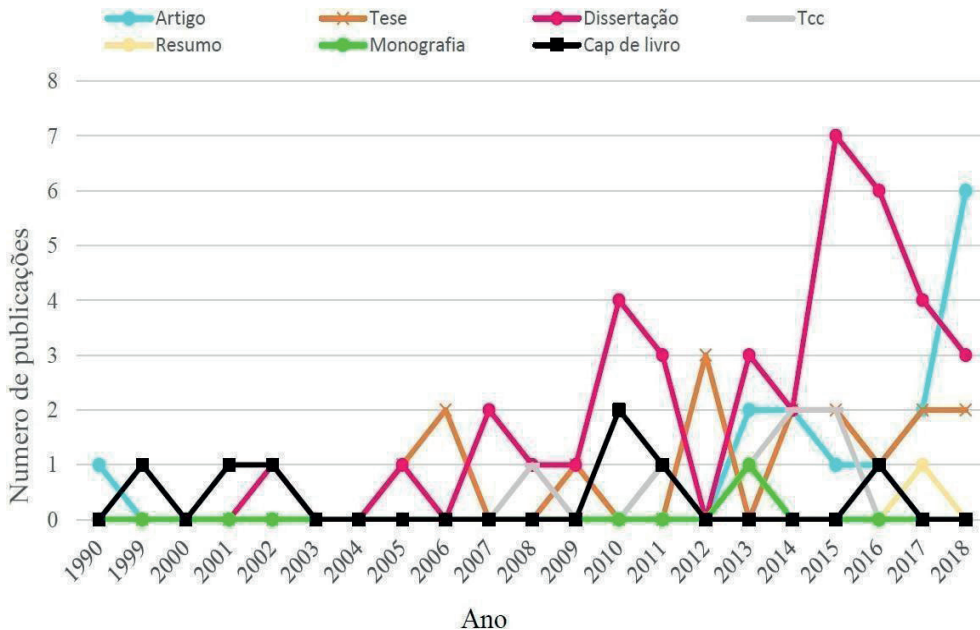


Figura 2- Número de Publicações Anuais entre 1990 e 2018, Divididas entre seus Diferentes Tipos.

A Figura 2 apresenta a distribuição anual de cada tipo de publicação. Dentre as publicações encontradas foram identificados 16 artigos, 5 livros, 1 resenha de livro e 1 capítulo de livro. Foram encontradas também 38 dissertações de mestrado, 16 teses de doutorado, 7 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), 2 resumos e 1 monografia.

Do total de 16 artigos encontrados (linha azul), o primeiro foi encontrado em 1990 e nenhum outro artigo foi encontrado até o ano de 2011. Entre 2013 e 2014 foram encontrados 2 artigos por ano, em seguida a frequência diminuiu para um por ano entre 2015 e 2016. Em 2017 houve apenas dois artigos, já em 2018 foram 6 artigos encontrados.

As teses de doutorado (linha laranja, marcador X) foram encontradas a partir de 2005 e foram 16 ao todo até o ano de 2018. As dissertações de mestrado (linha rosa) foram encontradas entre 2002 e 2012, 13 publicações, já de 2013 a 2018 esse número passou para 25 publicações, resultando em 38 ao todo. Os TCCs (linha cinza, sem marcador, entre 2008 e 2015 representam um total de sete publicações. Os resumos (linha amarela) foram publicados em 2013 e 2017, em cada ano. A única monografia (linha verde) encontrada foi publicada no ano de 2013. Os livros (linha preta, marcador quadrado) foram publicados entre 1999 e 2016, resultando em 5 livros, uma resenha de livro e um capítulo de livro.

Por meio da Figura 2 é possível observar um crescente número de publicações que contém o tema medicalização e Análise do Comportamento, a partir do ano de 2013. É importante ressaltar que entre os anos de 2014 e 2018 encontra-se 56,8% das publicações. Também vale salientar que nos dois últimos anos, à medida que a quantidade de artigos cresceu, o número de dissertações diminuiu.

Os resultados também permitem identificar que a maioria das produções acadêmicas, como dissertações de mestrado, teses de doutorado e TCCs foram desenvolvidas nas Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade de São Paulo (USP).

## Discussão

Os resultados desta revisão demonstram que foi necessário uma década entre o início das discussões sobre do fenômeno da medicalização e da crítica analítica comportamental acerca do modelo médico realizadas na década de 70 (Conrad, 1975; Fester, 1979; Illich, 1975; Ullman & Krasner, 1972), até que o primeiro trabalho no qual ambas são mencionadas fosse publicado no Brasil (Lima, 1990).

A partir de um início incipiente, é possível observar que trabalhos nos quais a medicalização e a Análise do Comportamento são mencionadas e/ou discutidas tem aumentado de frequência nos últimos dez anos. Mais de 50% das publicações encontradas concentram-se entre 2014 e 2018 (Figura 1). É possível supor que este aumento acompanhe o maior interesse e discussão acerca da medicalização na sociedade contemporânea (Zorzanelli et al., 2014). Este aumento é caracterizado por uma diversidade de tipos de publicações, destaque para a produção regular de dissertações de mestrado e o aumento no número de artigos identificados em 2018 (Figura 2). É salutar ressaltar que a grande maioria das teses e dissertações encontradas foram produzidas em universidades públicas, federais ou estaduais.

Outro aspecto que merece destaque refere-se a decisões metodológicas adotadas nesta pesquisa e os resultados decorrente destas decisões.

A plataforma Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>) foi escolhida por identificar a ocorrência das palavras-chaves em quaisquer partes do texto e não apenas no título, resumo ou palavras-chaves como o fazem as ferramentas de busca de bancos de dados mais tradicionais. Apesar desta amplitude, o Google Acadêmico se mostrou uma ferramenta pouco fidedigna, haja vista a enorme diferença entre os resultados encontrados por cada uma das pesquisadoras. A relação entre amplitude e regularidade dos resultados deve ser levado em consideração ao se escolher esta plataforma como ferramenta de pesquisa em investigações subsequentes.

As palavras-chaves utilizadas, por sua vez, mostraram-se adequadas para a identificação da literatura de interesse. No entanto, é necessário salientar a diferença nos índices de aproveitamento das publicações encontradas com o uso de cada uma delas. O maior número de publicações foi encontrado ao se utilizar a palavra-chave “Análise do Comportamento” (154 publicações). No entanto, apenas 28,5% (Tabela 1) deste montante referiam-se à Análise do Comportamento como ciência psicológica, as demais publicações faziam referência ao ato de analisar o comportamento, de forma geral. O mesmo ocorreu

ao se utilizar a palavra-chave “Análise Funcional”, do qual foram aproveitados apenas 32,8% (Tabela 1). Este dado se explica uma vez que “Análise Funcional” é um termo que se refere à conceitos de outras abordagens teóricas diferentes da Análise do Comportamento. Por outro lado, as palavras-chaves cujos resultados apresentaram maior índice de aproveitamento foram “Comportamento operante” (85,7%) e “Behaviorismo” (79,7%) (Tabela 1). Estes resultados podem auxiliar leitores interessados na busca por literatura sobre ambos os temas.

De forma geral, os resultados demonstram que a Análise do Comportamento tem sido mencionada em trabalhos que também discutem ou mencionam o fenômeno da medicalização. Os resultados deste trabalho priorizaram aspectos quantitativos deste universo de publicações. Resta saber se as similaridades teóricas entre as discussões sobre a medicalização (Conrad, 1975, 2007) e a Análise do Comportamento (Fester, 1979; Gongora, 2003; Ullman & Krasner, 1972), tem sido aproveitados nestes trabalhos. Esta análise de ordem qualitativa está sendo realizada.

Neste aspecto, é possível mencionar que a análise das publicações dos anos de 2018 e 2017 indicam que a Análise do Comportamento não tem sido utilizada como um referencial teórico para a compreensão do fenômeno da medicalização. Pelo contrário, segundo Cararreto (2019), ela é geralmente utilizada como exemplo de uma abordagem psicológica que legitimaria a medicalização. É importante frisar que tal posicionamento não poderia estar mais equivocado.

A constatação científica de que tanto comportamentos considerados “normais” quanto comportamentos considerados “psicopatológicos” ou “desviantes” são modelados e mantidos pelos mesmos processos psicológicos (Abreu-Rodrigues & Ribeiro, 2005; Borges & Cassas, 2012; de-Farias et al., 2018; Gongora, 2003; Meyer et al., 2015), dá base para a crítica e o questionamento do uso do conceito de doença para a compreensão de problemas psicológicos (Ullman & Krasner, 1972). Além disto, salientam o caráter sociocultural de tais classificações (Gongora, 2003; Ullman & Krasner, 1972), como também discutido e defendido na literatura sobre a medicalização (Conrad, 1975, 2007; Moysés & Collares, 2013).

Ao que parece, o potencial teórico e empírico oferecido pela Análise do Comportamento ainda não está sendo adequadamente utilizado para contribuir com as discussões acerca da medicalização, apesar do aumento no número de publicações observado nos últimos anos (Figura 1). Obviamente, é necessário que a análise qualitativa, iniciada por Cararreto (2019), seja ampliada para a totalidade das publicações identificadas neste trabalho.

Portanto, o estudo sobre o fenômeno da medicalização se mostra como um campo aberto e inexplorado para analistas do comportamento. Tais profissionais, por sua vez, estarão amparados por um arcabouço teórico e empírico que sustenta, cientificamente, as discussões realizadas na literatura sobre a medicalização.



## Considerações finais

Este trabalho se caracterizou como uma revisão bibliográfica da literatura nacional. Identificou-se trabalhos acadêmicos nos quais palavras relacionadas à ciência Análise do Comportamento e ao fenômeno da medicalização foram mencionados, entre os anos de 1990 e 2018. Os resultados demonstraram uma tendência de aumento na frequência de trabalhos que atendem a este critério. Mais de 50% da literatura identificada concentrou-se nos quatro últimos anos investigados.

Apesar disto, uma análise qualitativa preliminar dos trabalhos encontrados nos anos de 2018 e 2017, demonstrou que na maioria destes trabalhos os temas não estão relacionados ou a Análise do Comportamento é, erroneamente, mencionada como uma abordagem que legitimaria práticas medicalizantes.

Tal afirmação não poderia estar mais equivocada, uma vez que as bases empíricas da Análise do Comportamento demonstram que tanto comportamentos considerados “normais” quanto aqueles considerados “psicopatológicos” são aprendidos e mantidos, pelos mesmos processos comportamentais. Isto permite a crítica à adequação do conceito de doença para a compreensão dos problemas psicológicos, assim como evidencia o caráter sociocultural de sua classificação. Tais críticas estão no cerne da definição do fenômeno da medicalização. Evidencia-se, assim, que a Análise do Comportamento é uma base teórica adequada para a compreensão do fenômeno da medicalização, porém, ainda inexplorada.

## Referências

Abreu-Rodrigues, J., & Ribeiro, M. R. (Eds.). (2005). *Análise do comportamento. Pesquisa, teoria e aplicação*. Artmed.

Araújo, A. C., & Neto, F. L. (2014). A nova classificação americana para os transtornos mentais - o DSM-5. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, *XVI*(1), 67–82.

Banaco, R. A., Zamignani, D. R., & Meyer, S. B. (2010). Função do comportamento e do DSM: terapeutas analíticos comortamentais discutem a psicopatologia. In S. V Luna & E. Z. Tourinho (Eds.), *Análise do comportamento: investigações históricas, conceituais e aplicadas* (pp. 175–192). Roca.

Borges, N. B., & Cassas, F. A. (Eds.). (2012). *Clínica analítico-comportamental. Aspectos teóricos e práticos*. Artmed.

Cararreto, G. R. (2019). Análise do comportamento e medicalização: análise qualitativa da literatura entre 2017 e 2018. In *Trabalho de conclusão de curso* (Vol. 1, Issue 1). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Chiesa, M. (2006). *Behaviorismo radical: a filosofia e ciência*. Ibac editora.

Conrad, P. (1975). The discovery of hyperlinesis: notes on the medicalization of deviant behavior. *Social Problems*, *23*(1), 12–21. <https://doi.org/10.2307/799624>

Conrad, P. (2007). *The medicalization of society. On the transformation of human conditions into treatable disorders*. Johns Hopkins University Press.

de-Farias, A. K. C. R., Fonseca, F. N., & Nery, L. B. (Eds.). (2018). *Teoria e formulação de casos em análise comportamental clínica*. Artmed.

Fester, C. B. (1979). *Princípios do comportamento*. Hucitec.

Gaudenzi, P., & Ortega, F. (2012). O estatuto da medicalização e as interpretações de Ivan Illich e Michel Foucault como ferramentas conceituais para o estudo da desmedicalização. *Interface - Comunicação., Saúde, Educação*, 16(40), 21–34. <https://doi.org/www.scielo.org/article/icse/2012.v16n40/21-34/pt/>

Gongora, M. A. N. (2003). Noção de psicopatologia na Análise do Comportamento. In C. E. Costa, J. C. Luzia, & H. H. N. Sant'Anna (Eds.), *Primeiros passos em análise do comportamento e cognição* (pp. 93–109). Esetec Editores Associados.

Illich, I. (1975). *A expropriação da saúde. Nêmesis da medicina* (3ª). Editora Nova Fronteira S.A. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>

Lima, E. C. A. S. (1990). O conhecimento psicológico e suas relações com a educação. *Em Aberto*, 9(48), 3–24.

Meyer, S. B., Villas-Bôas, A., Franceschini, A. C. T., Oshiro, C. K. B., Kameyama, M., Rossi, P. R., & Mangabeira, V. (Eds.). (2015). *Terapia analítico-comportamental. Relato de casos e de análises*. Paradigma Centro de Ciências e Tecnologia do Comportamento.

Moysés, M. A. A., & Collares, C. A. L. (2013). Controle e medicalização da infância. *Desidades*, 1(1), 11–21. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2318-92822013000100002&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822013000100002&lng=pt&tlng=pt)

Nery, L. B., & Fonseca, F. N. (2018). Análises funcionais moleculares e molares: um passo a passo. In A. K. C. R. De-Farias, F. N. Fonseca, & L. B. Nery (Eds.), *Teoria e formulação de casos em análise comportamental clínica* (p. 434). Artmed.

Nogueira, R. P. (2003). A segunda crítica social da saúde de Ivan Illich. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 7(12), 185–190.

Szasz, T. (1980). *O mito da doença mental*. Círculo do Livro.

Ullman, L. P., & Krasner, L. (1972). *Pesquisas sobre modificação do comportamento*. Editora Herder.

Zorzaneli, R. T., Ortega, F., & Júnior, B. B. (2014). Um panorama sobre as variações em torno do conceito de medicalização entre 1950-2010. *Ciência e Saúde Coletiva*, 19(6), 1859–1868. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014196.03612013>